

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------------	-----------

PARTE I – ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 1

NOTÍCIA DE FATO	25
------------------------------	-----------

1.1 Teoria	25
1.1.1 Conceito	25
1.1.2 Principais aspectos da notícia de fato	25
1.1.3 A instrumentalização da notícia de fato	27
1.1.4 Autuação e registro	28
1.1.5 Declínio de atribuição	29
1.1.6 Finalidade	31
1.1.7 Vedação à expedição de requisições	31
1.1.8 Alcance da expressão “colheita de informações preliminares”	32
1.1.9 Prazo	33
1.1.10 Arquivamento da notícia de fato	34
1.1.11 Indeferimento da notícia de fato	35
1.1.12 O arquivamento “facultativo” do art. 4º, §5º, da Resolução nº 174/2017 do CNMP	37
1.1.13 Recurso e expedientes de arquivamento da notícia de fato	38
1.2 Prática	39
1.2.1 O despacho inicial da Notícia de Fato	39

1.2.2	Modelo 01: Despacho inicial comum de notícia de fato, com indicação de diligências	41
1.2.3	Modelo 02: Despacho de distribuição por dependência de notícia de fato.....	42
1.2.4	Modelo 03: Despacho de indeferimento inicial da notícia de fato	43
1.2.5	Modelo 04: Declínio de atribuição em notícia de fato.....	45
1.2.6	Modelo 05: Arquivamento de notícia de fato em razão da solução da questão apresentada ao Ministério Público	48

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

2.1	Teoria	51
2.1.1	Conceito e natureza jurídica	51
2.1.2	Hipóteses de cabimento	52
2.1.3	Instauração	55
2.1.4	Prazo	55
2.1.5	Arquivamento do Procedimento Administrativo.....	55
2.2	Prática	57
2.2.1	Modelo 01: Portaria de instauração de procedimento administrativo para a tutela de direitos individuais indisponíveis....	57
2.2.2	Modelo 02: Decisão de arquivamento de procedimento administrativo	59

CAPÍTULO 3

INQUÉRITO CIVIL

3.1	Teoria	61
3.1.1	Conceito.....	61
3.1.2	Natureza e finalidade do Inquérito Civil	62
3.1.3	Instauração	63
3.1.3.1	A portaria de instauração	63
3.1.3.2	Modalidades de instauração do inquérito civil.....	64
3.1.3.3	Indeferimento da instauração do inquérito civil	65
3.1.4	O procedimento preparatório	66
3.1.5	Instrução.....	67

3.1.6	Requisições e notificações	68
3.1.7	Publicidade e sigilo.....	71
3.1.8	Prazo de conclusão	74
3.1.9	Declínio e conflito de atribuições no inquérito civil	75
3.1.10	Arquivamento	76
3.2	Prática	78
3.2.1	Modelo 01: Portaria de instauração de Inquérito Civil em matéria ambiental.....	78
3.2.2	Modelo 02: Portaria de instauração de Inquérito Civil relativa a violação de princípios administrativos	81
3.2.3	Modelo 03: Portaria de instauração de Procedimento Preparatório	83
3.2.4	Modelo 04: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório	86
3.2.5	Modelo 05: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil em razão da celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	88
3.2.6	Modelo 06: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil em razão da ausência de elementos de ilicitude.....	90
3.3	Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas).....	93
3.3.1	Ministério Público do Estado do Paraná (2023).....	93

CAPÍTULO 4

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA..... 101

4.1	Teoria	101
4.1.1	Conceito, fundamentos e natureza jurídica	101
4.1.2	Alcance e limites.....	102
4.1.3	Legitimidade para a celebração.....	103
4.1.4	Conteúdo	104
4.1.5	Fiscalização.....	105
4.1.6	Descumprimento e execução	106
4.2	Prática	107
4.2.1	Modelo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	107

CAPÍTULO 5

RECOMENDAÇÃO 111

5.1	Teoria	111
5.1.1	Conceito e fundamentos jurídicos	111
5.1.2	Princípios aplicáveis	112
5.1.3	Finalidades e efeitos da recomendação	114
5.1.4	Procedimento	115
5.2	Prática	117
5.2.1	Modelo 01: Recomendação para atualização do Portal da Transparência de Município	117
5.2.2	Modelo 02: Recomendação para exoneração de ocupante de cargo comissionado condenado por ato de improbidade administrativa	119
5.2.3	Modelo 03: Recomendação para suspensão de contrato administrativo em razão de irregularidades	122
5.3	Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas)	125
5.3.1	Ministério Público do Estado do Paraná (2021)	125

CAPÍTULO 6

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL 129

6.1	Teoria	129
6.1.1	Fundamento e origens	129
6.1.2	Aspectos preliminares	130
6.1.3	Conteúdo do acordo de não persecução cível	133
6.1.4	O procedimento de negociação do acordo de não persecução cível	136
6.1.5	O controle exercido sobre o acordo de não persecução cível ...	137
6.2	Prática	140
6.2.1	Modelo de Termo de Acordo de Não Persecução Cível	140
6.3	Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas)	144
6.3.1	Ministério Público de Minas Gerais (2022)	144

CAPÍTULO 7

AUDIÊNCIA PÚBLICA 149

7.1	Teoria	149
7.1.1	Conceito e previsão normativa.....	149
7.1.2	Finalidade.....	149
7.1.3	Procedimento e encaminhamentos	150
7.2	Prática	153
7.2.1	Modelo 01: Edital de Convocação de Audiência Pública	153
7.2.2	Modelo 02: Ata de Audiência Pública	156

PARTE II – ATUAÇÃO JUDICIAL

CAPÍTULO 8

ASPECTOS PRÁTICOS SOBRE A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL 159

8.1	Teoria	159
8.1.1	Introdução.....	159
8.1.2	Cota x parecer ministerial. Estrutura do parecer ministerial....	161

CAPÍTULO 9

AÇÃO CIVIL PÚBLICA..... 165

9.1	Teoria	165
9.1.1	Aspectos introdutórios e fundamentos jurídicos	165
9.1.2	A utilização do <i>nomen iuris</i> “Ação Civil Pública”. Critérios para definição	166
9.1.3	Legitimidade do Ministério Público e previsões legais para atuação	168
9.1.4	Análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos em sede de ação civil pública.....	169
9.2	Prática	171
9.2.1	Arquitetura da Ação Civil Pública	171
9.2.2	Modelo padrão de ação civil pública	173

9.3	Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas).....	175
9.3.1	Ministério Público do Estado de Goiás (2022).....	175
9.3.2	Ministério Público do Estado de Goiás (2024).....	178
9.3.3	Ministério Público do Estado de Minas Gerais (2021)	180
9.3.4	Ministério Público do Estado do Pará (2022)	184

CAPÍTULO 10

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 193

10.1	Teoria	193
10.1.1	Aspectos introdutórios	193
10.1.2	Elemento subjetivo. Alterações da Lei nº 14.230/2021	194
10.1.3	Tutelas provisórias.....	197
10.1.4	Ações civis de ressarcimento decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa	198
10.1.5	A petição inicial da ação de improbidade administrativa.....	199
10.2	Prática	202
10.2.1	Modelo padrão de ação de improbidade administrativa	202

CAPÍTULO 11

ATUAÇÃO JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO DIREITO DE FAMÍLIA..... 205

11.1	Teoria	205
11.1.1	Aspectos gerais	205
11.1.2	Atuação do Ministério Público na perspectiva de gênero	208
11.2	Prática	210
11.2.1	Modelo 01: Parecer em homologação de acordo de alimentos.....	210
11.2.2	Modelo 02: Ação revisional de alimentos	212
11.2.3	Modelo 03: Parecer favorável em ação de exoneração de alimentos.....	215
11.2.4	Modelo 04: Parecer em ação declaratória de nulidade de casamento	217
11.2.5	Modelo 05: Parecer em ação de guarda.....	219

11.2.6 Modelo 06: Parecer favorável em pedido de prisão civil de alimentos	222
11.3 Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas).....	224
11.3.1 Ministério Público do Estado do Ceará (2020).....	224
11.3.2 Ministério Público do Estado do Pará (2023)	231

CAPÍTULO 12

ATUAÇÃO JUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ÂMBITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

12.1 Teoria	235
12.1.1 Aspectos gerais	235
12.1.2 Atuação do Ministério Público em razão da prática de atos infracionais.....	236
12.1.3 Atuação do Ministério Público para a aplicação de medidas de proteção e outros procedimentos de ordem individual e coletiva previstos no ECA.....	239
12.2 Prática	242
12.2.1 Modelo 01: Representação pela prática de ato infracional	242
12.2.2 Modelo 02: Ação de suspensão do poder familiar com aplicação de medida de proteção (acolhimento institucional).....	244

CAPÍTULO 13

RECURSOS.....

13.1 Teoria	251
13.1.1 Noções gerais	251
13.1.2 Apelação	252
13.1.3 Agravo de Instrumento.....	255
13.1.4 Embargos de Declaração	257
13.1.5 Contrarrazões	258
13.2 Prática	260
13.2.1 Modelo padrão de Apelação	260
13.2.2 Modelo padrão de Agravo de Instrumento.....	262
13.2.3 Modelo padrão de Embargos de Declaração	264
13.2.4 Modelo padrão de Contrarrazões recursais	265

13.3 Questões de concursos públicos para o cargo de membro do Ministério Público (peças práticas).....	267
13.3.1 Ministério Público do Estado da Bahia (2023)	267
13.3.2 Ministério Público do Estado de Rondônia (2023)	283
13.3.3 Ministério Público do Estado de Sergipe (2022).....	285
13.3.4 Ministério Público do Estado do Tocantins (2021).....	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299